

Só 180 milhões

Cidade

DF SAÚDE

13/1/87, TERÇA-FEIRA • 11

acabam agonia do HBB

O quadro clínico do HBB é ainda mais crítico do que se imaginava. Para os reparos nas instalações hidráulicas e elétricas, além das correções nas infiltrações através da cisterna, já estão garantidos o montante de Cz\$ 60 milhões. Entretanto, será necessário o triplo destes recursos para uma reforma geral de todo o prédio do Pronto-Socorro, verba que o GDF ainda terá que pleitear juntamente à Seplan.

«O HBB é um prédio que tem 10 anos de construção, relativamente novo, mas que, infelizmente, envelheceu muito precocemente», salientou o secretário de Saúde, Laércio Valença. Mesmo não apondo uma área à altura para a substituição do atual atendimento prestado pelo Pronto-Socorro do HBB, o secretário afirmou que «iremos fazer o possível para que não seja necessário fechar totalmente o atendimento naquela unidade hospitalar». A idéia apresentada é que «se isole metade da área do térreo, deixando a outra metade funcionando, sendo que depois seja alternado o processo de reformas», acrescentou Valença.

Divulgou o secretário que já estão sendo utilizadas todas as disponibilidades que a FHDF possui para que o sistema de saúde não sofra com estas reformas no HBB. Segundo Laércio Valença, o HRAN, inclusive, já registrou uma sobrecarga de atendimento superior a 50%, em relação ao seu ritmo normal; enquanto no HRAS continuam os atendimentos nas áreas de ginec obstetria e de pediatria». Anunciou também que «já estão sendo estudadas algumas

alternativas que possam dar um apoio ao HBB durante este tempo de construção, que vai ser, certamente, muito difícil», frisou.

Reformas atrasadas

O secretário justificou este período de 3 meses de paralisação das reformas no HBB a uma nova licitação que a FHDF deverá realizar através da Novacap, para a realização de obras no prédio do Pronto-Socorro do referido hospital. Citou Valença que houve a necessidade de se fazer um termo aditivo, que apreciado pelo Conselho Deliberativo da FHDF, «entendeu por bem baixar em diligência, encaminhando o processo à PG/DF», afirmou. A procuradoria entendeu que esta obra, cuja necessidade foi detectada no ano passado, não poderia estar prevista em um contrato firmado entre a empresa Santa Bárbara e a FHDF no ano de 1983, sendo, portanto, recomendada a abertura de uma licitação para a nova obra.

«Desta forma tivemos que cumprir este mandamento legal, sendo as obras interrompidas temporariamente e, ainda este mês, através da Novacap, com quem temos um convênio de administração, teremos uma nova licitação e espero que em breve possamos reiniciar com as reformas», esclareceu o secretário.

Está previsto no contrato que será adaptado no 4º andar do HBB uma terapia intensiva; no 3º andar uma unidade intermediária; no 2º andar será localizado o centro cirúrgico, além de reformas gerais em todo o Pronto-Socorro, que fica no térreo do prédio.

Laércio nega que há esterilização ilícita

A secretária de Saúde não comprovou a realização de esterilizações ilícitas pelo CPAIMC — Centro de Pesquisa e Assistência Integral a Mulher e a Criança. A informação é do secretário de Saúde, Laércio Valença, que não quis falar sobre a possibilidade de descrédito com o setor em virtude de erros médicos divulgados e, agora, da denúncia contra o Centro.

Segundo Laércio, a Secretaria não recebeu qualquer denúncia formal de ilícito médico no CPAIMC, até então conveniado com a Fundação Hospitalar. «Não comprovamos a esterilização indiscriminada», diz o secretário, explicando ser aprovado o método utilizado no centro. «Apenas havia dúvidas quanto ao uso indiscriminado da aparelhagem para esterilização».

Ainda conforme Laércio Valença, todas as ligaduras feitas no local foram executadas com ata e indicação médica. Sendo assim, explica o secretário, o

rompimento do convênio com a Fundação deve-se apenas ao fato do es-
queima do Centro — que prega aberrantemente a esterilização — não se enquadrar ao espírito da Secretaria.

O secretário garante que os centros de Saúde vêm se estruturando no sentido de desenvolver trabalhos relativos à assistência à mulher e planejamento familiar.

Laércio Valença prefere não comentar a afirmação do presidente do Conselho Regional de Medicina, Francisco Costa, que atribuiu às falhas do sistema de saúde e do ensino a verificação de erros médicos e da convivência médica com métodos de esterilização denunciados como criminosos. Quanto ao CPAIMC, o secretário limita-se a afirmar que a posição da Secretaria de Saúde saiu fortalecida, pois, segundo ele, as medidas adotadas pelo órgão alinham-se com as recomendações do Ministério da Saúde.

Erro é de formação

«Todas as categorias erram dentro de determinada circunstância. Na área médica, o número de erros está diretamente ligado à formação do profissional e às condições de trabalho». A opinião é da presidente do Sindicato dos Médicos no DF, Maria José da Conceição, referindo-se à possível falta de credibilidade do setor.

Depois do brasiliense deparar, no ano passado, com uma série de divulgações sobre erros médicos, e, agora, ter conhecimento de denúncias referentes a esterilizações criminosas, surge a possibilidade do profissional de medicina tornar-se desacreditado. Maria José concorda, no entanto, com o presidente do Conselho Regional de Medicina, Francisco Costa, quando diz que o médico é acreditado e que a falta de credibilidade da população é com o serviço de saúde pública oferecido.

Para a sindicalista, os erros médicos constatados no DF não são significativos se comparados ao universo profissional. Além disso, diz ela, a verificação de que alguns membros da classe enriquecem coniventes com atos il-

ícitos também não pode ser generalizada.

Ainda conforme Maria José, o médico, como único a manter contato com o paciente, por ser a última linha do processo, recebe toda a responsabilidade pelo setor, a seu ver, totalmente defasado. Neste sentido, ela fala da demanda excessiva e da necessidade do profissional possuir mais de um emprego para manter seu orçamento. «Ele tem três empregos, já chega cansado para atender a clientela, e ainda enfrenta a total falta de tecnologia para atendimento pleno», afirma.

Seriedade

A presidente do Sindicato dos Médicos acredita que a situação pode piorar, caso o sistema de saúde não seja revisto com o que classifica de seriedade necessária. «É claro que, embora erros aconteçam e médicos enriqueçam com atos ilícitos, o crescimento deste tipo de situação só vai ser interrompido caso o profissional seja bem formado, depois disso pago convenientemente e dispondo de condições propícias de trabalho.

Saúde não teme reação

«Vamos aguardar a evolução dos acontecimentos». Foi a resposta do secretário de Saúde, Laércio Valença, diante de um possível processo que algumas mulheres do Gama, estariam movendo na Justiça contra a FHDF. A denúncia, feita pelo CRM/DF, foi de que médicos promoviam esterilização em mulheres carentes, com a utilização do produto americano Norplant.

O secretário afirmou que «o que se noticiou é que se pretende, mas que até o momento a FHDF ainda

não recebeu nenhuma comunicação da Justiça neste sentido».

Tentando desviar constantemente as indagações a respeito destas graves denúncias, Laércio Valença frisou que «houve um grande mal-entendido». E finalizou indicando que uma nota oficial do Conselho Regional de Medicina, publicada no último domingo em todos os jornais locais, «esclarece perfeitamente a situação, e que não há razões para processos, seja contra a Secretaria de Saúde, ou mesmo contra a FHDF», afirmou.